

## GESTÃO PARTICIPATIVA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: ANÁLISE DO DISCURSO DE CONSELHEIRO NO MUNICÍPIO DE PATOS - PB

Ronyelson dos Santos Martins <sup>1</sup>  
Thays Santana dos Santos Nascimento <sup>2</sup>  
Jamilly Neves de Lima <sup>3</sup>  
Lucas Andrade de Moraes <sup>4</sup>

### RESUMO

Diante das degradações e crises ambientais, foi entendida a necessidade de um equilíbrio entre o crescimento econômico, social e o meio ambiente fazendo surgir discussões e conceituações sobre desenvolvimento sustentável como um fator de desenvolvimento preocupado com o ambiente, tendo a participação das pessoas na gestão das políticas públicas como fato crucial na busca pela sustentabilidade. Nesse sentido, esses conceitos em contexto organizacional questionam qual o papel que as organizações podem desempenhar na busca pelo desenvolvimento de práticas sustentáveis. Tendo em vista o desenvolvimento sustentável como um processo de mudanças, as organizações a partir da gestão participativa possuem papel estratégico na busca por sustentabilidade. A partir de pesquisa qualitativa, exploratória e de campo buscou-se neste trabalho caracterizar a atuação do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, a partir da análise do discurso, sobre a visão de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade por parte do Presidente, apoio aos agricultores e as dificuldades enfrentadas na implantação de práticas sustentáveis na organização. A partir dos resultados, foi possível perceber que existem algumas dificuldades na compreensão e distinção de DS e sustentabilidade, além disso o presidente do Conselho apresentou dificuldades a respeito da preservação ambiental, alegando que possui pouco conhecimento e que precisa obter mais informações, entretanto as dimensões econômica e social têm apresentado pontos positivos.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável, Sustentabilidade, Gestão participativa, Conselhos.

### INTRODUÇÃO

O meio ambiente, cada vez mais degradado, tem gerado uma grande preocupação pelo uso irracional dos recursos naturais em variadas escalas e locais. Nesse sentido, foi entendida a necessidade de mudanças para tentar reduzir os impactos antropocêntricos ao ambiente, e um

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Administração da Universidade Estadual da Paraíba- UEPB, ronyelsonmartins@outlook.com;

<sup>2</sup> Graduanda pelo Curso de Administração da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, thayssantanasn@gmail.com;

<sup>3</sup> Graduanda pelo Curso de Administração da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, nevesfamily@gmail.com;

<sup>4</sup> Professor orientador: Doutorando em Letras. Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, lucasmorais7@gmail.com;

dos caminhos foi o surgimento dos conceitos e práticas do Desenvolvimento Sustentável e a Sustentabilidade como alternativa para produção e bem-estar das presentes e futuras gerações.

Em meio às tentativas de solucionar os problemas ambientais, as organizações, a partir da gestão participativa, podem desempenhar ações que contribuam por meio de ações e práticas sustentáveis para a qualidade do ambiente, tendo a participação popular na busca pela sustentabilidade, ou seja, o alcance do desenvolvimento de forma equilibrada entra o econômico, amenizando as agressões contra a sociedade e o meio ambiente.

A relevância do presente estudo se dá devido à necessidade de se buscar entender como o desenvolvimento sustentável se configura como resposta aos impactos que o homem vem gerando ao meio ambiente e por sua vez, a sustentabilidade. Assim, no esforço para se alcançar a sustentabilidade, cabe analisar as ações desenvolvidas por organizações por meio da gestão participativa.

Nesse sentido, essa pesquisa objetivou caracterizar a atuação das práticas de sustentabilidade do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável. Como uma organização que depende de boa gestão, como afirma Dias (2002) que aborda a gestão como algo que incorpora a administração, é o ato de alcançar os objetivos das organizações de forma eficiente e eficaz através de pessoas, faz-se necessário ainda: discutir sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade; Entender o apoio dado por parte do Conselho, pelo discurso do Presidente, aos agricultores sobre a perspectiva da sustentabilidade e as dificuldades enfrentadas na implantação de práticas sustentáveis.

Diante disso, esse artigo busca mostrar a percepção do presidente do Conselho sobre questões que versam sobre desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, gestão participativa e preservação ambiental. Assim sendo, a pesquisa atingiu os objetivos propostos, mas para aprofundamento do tema é preciso que mais pesquisas sejam feitas.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa adotou a abordagem qualitativa por se preocupar com a compreensão da dinâmica das relações sociais e com a realidade que não pode ser quantificada (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Quanto aos objetivos, a pesquisa é de caráter exploratório, pois consiste em pesquisa bibliográfica e “busca explicar um problema a partir de referências teóricas, publicadas em documentos, dispensando a elaboração de hipóteses” (MICHEL, 2009, p. 40).

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é de campo, na qual foi realizada uma entrevista com roteiro semiestruturado gravada, permitindo a transcrição e a análise dos dados obtidos, de modo que foi confrontado as afirmativas do gestor do Conselho com o que é dito pelos autores da temática proposta. A busca por desenvolvimento rural sustentável é uma preocupação que se agrava na região semiárida onde existe mais dificuldades de se manter na zona rural devido ao clima quente e os longos períodos de estiagem.

A presente pesquisa foi desenvolvida no município de Patos - PB, localizado no sertão paraibano à 315 quilômetros da capital João Pessoa, sua população estimada em 2018 é de 106.984 habitantes, a vegetação predominante é a caatinga e o clima é semiárido.

A pesquisa foi feita especificamente com a organização, criada pela Lei Municipal nº 4.123/2012, denominada de Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, constituído por representantes dos poderes executivo e legislativo municipais; Igreja; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e dos Produtores Rurais; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e representantes das Associações Comunitárias Rurais/Cooperativas.

O artigo 2º do Estatuto do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável prevê como finalidades:

- a) atuar como instrumento autônomo de articulação e mobilização social, buscando exercer a prática da participação e da integração com outros atores, entidades e órgãos com foco no desenvolvimento local sustentável
- b) atuar como mecanismo institucional de controle social e implementação das Políticas Públicas, Programas e Projetos implantados no município. (PATOS, 2011, p. 1).

O Conselho se reúne mensalmente e os temas abordados são de interesse de todos os envolvidos na zona rural, as reuniões acontecem sempre na segunda semana de cada mês. Neste estudo buscou avaliar qual a atuação do Conselho com relação ao desenvolvimento rural sustentável sob a ótica do presidente.

Para compreender o ponto de vista do presidente do Conselho utilizou-se um questionário composto por 19 perguntas abertas abordando tópicos relacionados à sustentabilidade, DS, meio ambiente, políticas públicas e desenvolvimento econômico. A entrevista ocorreu no dia 01 de junho de 2019 na residência do gestor do Conselho.

Essa pesquisa utilizou-se do método da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Fairclough (2012) para interpretação e análise dos dados oriundos da entrevista com o presidente.

## DESENVOLVIMENTO

A questão dos problemas ambientais é um constructo, que vem gerando preocupações a nível global em tempos recentes, tendo como marco inicial a Conferência de Estocolmo em 1972. Esse acontecimento apresentou que diante do crescimento da população e da necessidade de aumento de produção, o processo produtivo representou o maior responsável pela causa da degradação ambiental, precisando um equilíbrio entre o crescimento econômico e o meio ambiente.

O conceito de desenvolvimento nas últimas décadas tem sido amplamente discutido, de modo que sua concepção e características tem se modificado ao longo do tempo. Na década de 60 a concepção de desenvolvimento na sociedade moderna era ligada a ideia da indústria e da urbanização como fatores que conduziam para a riqueza e para modernização da sociedade industrial. Nessa vertente, o consumo dos recursos naturais pelo setor industrial tinha grande proporção, cuja exploração dos recursos ambientais só passou a ser repensado a partir da crise do petróleo de 1973.

Sobre a crise mencionada, Melo (2008) afirma que os países árabes aumentaram excessivamente o preço do petróleo, o barril chegou a atingir o valor de US\$ 12,77, como consequência, os países desenvolvidos perceberam os efeitos da exploração acentuada dos recursos naturais finitos. Em detrimento disso, buscou-se meios de mudar esse estilo de desenvolvimento, onde só era visado o crescimento econômico.

Nesse contexto, surge a ideia de desenvolvimento sustentável (DS), entendida como um fator de crescimento econômico preocupado com o meio ambiente, de modo a não comprometer o suprimento de necessidades das gerações futuras. O Relatório Bruntland de 1987, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento propõe que “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.

Para Feil e Schreiber (2017), o desenvolvimento sustentável sugere uma mudança no comportamento da humanidade, conceituando-se como uma estratégia que pode ser utilizada a longo prazo integrando aspectos ambientais, sociais e econômicos para melhorar o bem-estar da sociedade. Mikhailova (2004) contribui para esse pensamento quando considera que o DS, ao mesmo tempo, melhora a qualidade de vida do homem na terra e respeita a capacidade de produção dos ecossistemas que vivemos.

O desenvolvimento sustentável pode ser atingido com um conjunto de políticas capazes de, simultaneamente, garantir o aumento da renda nacional, o acesso a direitos sociais básicos (segurança econômica, acesso a saúde e educação) e a redução do impacto do aumento da produção e do consumo sobre o meio ambiente (ROMEIRO, 2012, p. 70).

Deste modo, seria um processo de mudanças, configurando-se como uma resposta para os problemas sociais e ambientais funcionando como “[...] um processo de aprendizagem social de longo prazo, que por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional” (BARBOSA, 2008, p. 7) que tem como objetivo final a sustentabilidade.

Por sua vez, “[...] a sustentabilidade é um termo que expressa a preocupação com a qualidade de um sistema que diz respeito à integração indissociável (ambiental e humano), e avalia suas propriedades e características, abrangendo os aspectos ambientais, sociais e econômicos” (FEIL; SCHREIBER, 2017, p. 674). Sartori *et al.* (2014), concorda com esse pensamento ao dizer que a sustentabilidade se caracteriza como um princípio aplicado aos sistemas abertos, sociais e naturais envolvendo interações e constantes mudanças.

Para Andrade (2012) a sustentabilidade tem a ver com as práticas de consumir sem esgotar os recursos naturais, e acrescenta ainda os tipos de sustentabilidade: econômica, política e social. A sustentabilidade econômica, diz respeito ao uso do estoque de forma racional, no qual se utilize por longo prazo, onde produza eficiência econômica e crescimento econômico para que se alcance a sustentabilidade. Na dimensão política, busca-se conciliar os setores da sociedade para que seja capaz de garantir a todas as pessoas os direitos, a promoção da vida e cidadania.

A participação das pessoas na gestão das políticas públicas é fator crucial para a sustentabilidade, não apenas para garantir os interesses locais, como também para que tenham continuidade. E sobre a dimensão social a autora apresenta a sustentabilidade como algo que implica em entender que o sucesso da comunidade como um todo, se dá através do sucesso de cada membro do seu grupo, e que cada membro desempenha papel importante na troca de aprendizado, implica também reconhecer e aceitar a pluralidade.

Com base no exposto pelos autores, entende-se sustentabilidade como um processo de sustentação de um sistema ou conjunto de sistemas que busca equilíbrio nas esferas econômica, social e ambiental a fim de que exista uma harmonia entre o homem e a natureza. Já o desenvolvimento sustentável, refere-se à capacidade de se desenvolver economicamente e socialmente sem agredir o meio ambiente.

Os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade inseridos dentro do contexto organizacional questionam qual o papel que as organizações podem desempenhar na busca pelo desenvolvimento de práticas sustentáveis. Para se chegar a uma possibilidade de resposta é necessário compreender a estruturação conceitual de organizações e gestão.

Morgan (2011, p. 116) exhibe um conceito de organização como instituições que apresentam constantes mudanças e mostra ainda que essas mudanças podem acontecer de três formas diferentes. O primeiro estilo de mudança é o de auto-reprodução em que as organizações se reinventam, o segundo trata de relações circulares, ou seja, todos os membros de uma organização são dependentes entre si e o terceiro aborda a mudança como resultado de debates entre opostos. Para Schultz (2016) as organizações fazem parte do cotidiano da sociedade, estão presentes em todas as etapas da vida e as ações e pensamentos das pessoas são influenciadas diretamente por elas.

Santos e Ordones (2012) afirmam que as organizações devem estabelecer regras para manter o bom relacionamento de seus constituintes, muitas vezes essas regras não estão expressas, mas existem apenas na cultura organizacional. Para as autoras, as crenças, valores e costumes presentes nas organizações são passadas de seus colaboradores mais antigos para os novos, fazendo com que se respeite a forma como deve ser a interação.

Não apenas as pessoas mudam com as organizações, mas também acontece o inverso, Chiavenato (2014) afirma que as organizações devem se adaptar e se reinventar constantemente, esse processo é o aprendizado. O autor complementa sua ideia afirmando que o aprendizado é a principal ferramenta de competição que a organização pode dispor, levando a mesma a alcançar a quebra de paradigmas.

Para que as organizações possam alcançar seus objetivos é necessário que haja uma gestão adequada de suas ações. Dias (2002) aborda a gestão como algo que incorpora a administração, é o ato de alcançar os objetivos das organizações de forma eficiente e eficaz através de pessoas. Lira e Cândido (2013) afirmam que os desafios de uma gestão são conflitos de interesse e percepção, mostram que é necessário se pensar em modelos de gestão alternativos e versam sobre gestão participativa.

No modelo de gestão participativa busca-se participação dinâmica da população, de forma que se alcance crescimento econômico associado a condições de vida dignas, reduzindo inclusive o índice de degradação ao meio ambiente. (LIRA; CÂNDIDO, 2013). Baylão, Schettino e Cherrine (2014) explanam que seria mais difícil alcançar as metas e objetivos de maneira individual, sendo assim, o modelo participativo permite que os indivíduos estruturem

de forma democrática o seu futuro, pois o ambiente participativo propicia a harmonia de realidades distintas na busca por metas em comum.

Procopiuck (2013) afirma que em determinadas situações é necessário se articular coletivamente para resolver problemas sociais, alocando recursos e esforços de maneira estratégica. Para o autor, quando surge a necessidade da participação coletiva, a política pública se apresenta como uma forma de enfrentar os problemas coletivos.

Ao se abordar participação social nas tomadas de decisões, configura-se relevante o debate sobre os Conselhos, que são organizações civis sem fins lucrativos que têm como objetivo fortalecer as estratégias de controle, defesa e execução das políticas públicas. Para Soares (1992) o espaço da comunicação entre o Estado e a sociedade tornou-se permanente, sistemática e obrigatória com sua institucionalização. Esses espaços de participação possuem um sentido político e visam orientar, elaborar e efetivar políticas públicas nos âmbitos municipal, estadual e nacional.

Os Conselhos a partir da aprimoração em processos de representação e de participação popular conseguem exercer papel inovador na democracia quando interferem diretamente nas decisões políticas (OLIVAL, SPEXOTO E RODRIGUES, 2007). Assim, os Conselhos funcionam como mecanismo de expressão e participação democrática que “se efetivamente representativos, poderão imprimir novo formato às políticas sociais, pois se relacionam com o processo de formação das políticas e tomada de decisões.” (GOHN, 2011, p. 354).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Haja visto que uma das principais atividades do Conselho seria a de promover a participação social das comunidades rurais nas políticas públicas, foi questionado ao presidente do Conselho o que seria, de acordo com sua concepção, a atuação da comunidade no processo decisório. A resposta obtida foi que participação seria a assiduidade nas reuniões, nas discussões e no acompanhamento das decisões. Sobre social o entrevistado associou o termo ao de desenvolvimento social:

Participação é justamente participar das reuniões, eles participam, sempre são atuantes, e social é o desenvolvimento da própria comunidade, vou citar um exemplo, através de solicitação do próprio Conselho na secretaria de desenvolvimento social nós já conseguimos curso de corte e costura, pintura em tecido, o balé, a dança que é pra criança, eu digo essa parte social que a gente diz (ENTREVISTADO).

A participação centrada na presença nas reuniões e no monitoramento das decisões, tem base na participação instrumental (BORDENAVE, 1992). O conceito de desenvolvimento social apresentado pelo entrevistado acentuado no envolvimento da comunidade em projetos sociais se fundamenta nos pressupostos de Santos (2003).

Como o Conselho visa o desenvolvimento rural sustentável, constitui objeto de estudo o conceito de sustentabilidade, questionou-se o que seria sustentabilidade na ótica do presidente do Conselho. Para o entrevistado, sustentável, como o próprio nome indica seria algo que se sustenta, para ilustrar essa ideia o mesmo utilizou o exemplo das comunidades rurais que precisam de políticas públicas para se manter:

No meu ponto de vista sustentável seria algum benefício que, acho que importante pra comunidade que ali vai, vai dar sustentabilidade, ou seja, que dê a oportunidade de as famílias até permanecer no local, uma coisa desse tipo, tá entendendo?  
(ENTREVISTADO)

Sustentável nessa perspectiva apresentada pelo presidente do Conselho tem base em Oliveira *et al* (2012), os autores apresentam sustentabilidade como um fator capaz de manter equilíbrio. Apresentam ainda o conceito de desenvolvimento sustentável como a capacidade de suprir as necessidades da população atual sem comprometer as das gerações futuras. Quando se questionou ao gestor do Conselho o que seria desenvolvimento sustentável na concepção dele, o mesmo afirmou não perceber diferença entre os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: “no meu ponto de vista é quase a mesma coisa” (ENTREVISTADO).

O conceito de sustentabilidade de Andrade (2012) sugere que deve haver o sustentável econômico, político e social. Partindo desse pressuposto, a entrevista prosseguiu de forma a analisar qual é a percepção do gestor do Conselho sobre esses pontos. De maneira que se possa ver um panorama geral de como esses fatores são discutidos e quais as práticas sustentáveis no município.

Questionado sobre o que seria economia, quais as práticas econômicas o Conselho desenvolve e quais políticas públicas ele observa no município, o entrevistado mostrou estar envolvido enquanto gestor do Conselho. Afirmou que considera como importantes as políticas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com esses programas os agricultores podem vender seus produtos a preço de



mercado para os órgãos públicos, posteriormente esses alimentos são redistribuídos para os mais necessitados e para as escolas municipais:

O PAA ele compra dos agricultores pra o banco de alimentos né que a gente chama de PAA que é o banco de alimentos do município, vem pra lá e lá o próprio município faz o cadastro das famílias que compra. (...) O PNAE é outra política pública que veio para o homem do campo que eu acho importante porque 30% da agricultura familiar é obrigatoriamente o município comprar para as escolas do município. (ENTREVISTADO)

É possível observar a importância dos programas PAA e PNAE para a sustentabilidade e para o desenvolvimento rural sustentável, pois as mesmas vêm para fortalecer a agricultura familiar e trazer renda para os trabalhadores da zona rural. Nota-se um reconhecimento por parte do gestor do Conselho com as mencionadas políticas públicas.

Para que haja sustentabilidade é necessário respeito ao meio ambiente, sobre essa temática buscou-se compreender qual a percepção do presidente do Conselho sobre o que seria meio ambiente, quais práticas voltadas para a preservação ambiental existem no Conselho, e quais políticas públicas existem voltadas à preservação ambiental. O entrevistado afirmou que o meio ambiente é entendido como “a mata, aí assim, a gente tem áreas que a gente não pode cortar e deixar porque com certeza isso aí vai danificar o meio ambiente”.

Ao ser questionado sobre quais as práticas de preservação ambiental são desenvolvidas no Conselho o presidente afirmou que existem debates sobre esse tema nas reuniões mas reconhece que ainda falta mais conhecimento técnico acerca das questões ambientais.

Questão de degradação do meio ambiente, do que eu te falei, de mata, questão de conscientizar, questão da areia, você vê que a areia pertence sim ao Ibama né, ao meio ambiente, e para retirar a areia precisa de uma licença ambiental. (ENTREVISTADO)

Claro que precisa mais, a gente mora na zona rural, agricultor tem muitos conhecimentos que a gente não tem. (ENTREVISTADO)

Com base na fala do presidente no Conselho observa-se que as questões ambientais ainda precisam de mais espaço nos debates, pois apesar de haver boa vontade por parte dos conselheiros ainda falta mais articulação entre os órgãos que poderiam passar informações técnicas com relação à preservação ambiental e os conselheiros.

O presidente do Conselho enxerga o meio ambiente apenas como o ambiente natural que se trata do composto pelos recursos naturais, a sua visão não abrange o meio ambiente do

trabalho, que é onde os agricultores desenvolvem suas atividades e não contempla também o meio ambiente cultural que se trata da cultura que é patrimônio da zona rural. (SAUVÉ, 2005).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o contexto de crises ambientais, as discussões sobre desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e sua inserção no âmbito organizacional é notória a importância da gestão para que práticas sejam desenvolvidas de forma que amenize as degradações existentes. Contudo, pode-se analisar que o conselheiro analisado nesse artigo possui dificuldade em dar significado a respeito do DS e Sustentabilidade e ainda na diferenciação dos termos.

O debate sobre gestão participativa e o papel dos Conselhos como promotores de práticas sustentáveis é essencial, o primeiro para que a comunidade participe de processos decisórios, como foi relatado pelo representante da comunidade, onde a população participa das reuniões, e o segundo como instrumento que além de representar a comunidade como um todo é preciso estarem capacitados para promover práticas sustentavelmente aceitas.

Ademais, foi possível perceber que diante da questão da preservação do meio ambiente, o gestor do Conselho compreende um pouco a respeito, mas apresenta a necessidade de buscar mais informações para que seja possível orientar toda a comunidade para serem direcionados de forma correta. Além disso, foi relatada que existem práticas para o desenvolvimento social através de cursos profissionalizantes e ainda o aspecto econômico, onde por intermédio de políticas públicas, seus produtos são comercializados.

Nesse sentido, o tripé da sustentabilidade não está equilibrado, tendo em vista que alguns fatores possui lacunas, tais como a preservação do meio ambiente, no qual o conhecimento do gestor é limitado a respeito desse aspecto. Para mais, o conhecimento do significado de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade é deficitário. No entanto, o econômico e social tem apresentado pontos positivos.

É importante ressaltar que a pesquisa atingiu os objetivos propostos, porém com limitações de pesquisa que necessitam de aprofundamento do tema como o prolongamento do tema com outros atores sociais envolvidos no Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, que embora nesse primeiro olhar tenha sido importante perceber que no Conselho existem pessoas que prezam pela sustentabilidade e DS embora não tenha todo o conhecimento teórico

sobre o tema. Compreende-se a necessidade de se ampliar o debate sobre DS e sustentabilidade no âmbito da gestão participativa nessa região em trabalhos futuros.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Helena. Desenvolvimento rural sustentável: uma visão territorial. Angola: FAO, 2012.

BARBOSA, G, S. O desafio do desenvolvimento sustentável. Revista Visões, v. 1, n. 4, 2008.

BAYLÃO, A, L, S.; SCHETTINO, E, M, O.; CHERRINE, L. Gestão Participativa nas Organizações: uma Via de Transformação e Aprendizagem. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 11., 2014, Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro: AEDB, 2014.

BORDENAVE, J. E. D. O que é participação. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CHIAVENATO, I. Teoria geral da administração. 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum. 2a ed. Tradução de Our common future. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DIAS, E, P. Conceitos de Gestão e Administração: Uma revisão crítica. Revista Eletrônica de Administração, FACEF, v. , p. 1-12, jul.-dez, 2002. Disponível em: <<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/view/160>> Acesso em 30 de maio de 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'Água**, n. 25 (2), p. 307-329, 2012.

FEIL, A, A.; SCHREIBER, D. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 667-681, jul.- set, 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel. A construção da pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 43-64.

GOHN, M, D. Movimentos sociais na contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 17, p. 333-361, maio.- ago. 2011.

LIRA, W, S; CÂNDIDO, G, A. Gestão sustentável dos recursos naturais: uma abordagem participativa. Campina Grande: ADUEPB, 2013.

PATOS. Estatuto do Conselho de desenvolvimento rural sustentável do município de Patos – Paraíba. Patos, PB, set 2011.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico – ecológica. Estudos Avançados, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012.

MELO, Isabela Esterminio, As Crises do petróleo e seus impactos sobre a inflação do Brasil. 2008. 35f. Monografia – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2008.

MICHEL, M. H. Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais. 2. ed. São Paulo. Atlas, 2009

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: Evolução dos conceitos e os problemas da mensuração prática. Revista Economia e Desenvolvimento, Rio Grande do Sul, n. 16, p. 22-41, 2004.

MORGAN, G. Imagens da organização. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

OLIVAL, A, A. SPEXOTO, A, A. RODRIGUES, J, A. Participação e cultura política: os Conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável no território Portal da Amazônia. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 45, n. 4, p. 1013-1035, out.- dez. 2007.

OLIVEIRA, L. R. et al. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. Produção, Niterói, RJ, v. 22, n. 1, p. 70-82, jan.- fev. 2012.

PROCOPIUCK, M. Políticas públicas e fundamentos da administração pública. Curitiba: Editora Atlas, 2013.

SANTOS, E, M. A importância da cultura para as organizações. In: Congresso de Pesquisa Científica: Inovação, Ética e Sustentabilidade, 2., 2012, Rondônia, Anais... Rondônia: UNIVEM, FAJOPA, FATEC, 2012.

SANTOS, L, C. Projetos sociais: fragmentos de ensinamentos. Mai 2003. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2013.pdf>> Acesso em: 15 de jun de 2019.

SARTORI, S. LATRÔNICO, F. CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. Ambiente e sociedade. São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 1-22, jan.-mar. 2014.

SAUVE, L. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.). Educação Ambiental - pesquisas e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SCHULTZ, G. Introdução à gestão de organizações. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

SOARES, J. A. Poder local e participação popular. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.